

ARGENTINA: A DERROTA DO NEOLIBERALISMO

Após 11 anos de hegemonia do neoliberalismo, a Argentina viu ruir o seu modelo econômico como um castelo de cartas. Em duas semanas, a revolta popular desalojou do poder o presidente Fernando De La Rúa, o todo poderoso ministro Domingo Cavallo e impediu que o seu substituto eleito pela Assembleia Legislativa, Adolfo Rodríguez Súa, permanecesse mais do que uma semana à frente da nação argentina. Em artigo exclusivo para o JE, o professor Pablo Bustos, da Universidade de Buenos Aires, aponta as origens do conflito que levou à derrocada do governo De La Rúa, a inconsistência da política econômica que predomina há mais de uma década e os horizontes que tecem o futuro do governo Eduardo Duhalde e do próprio país.

Página 3 A mediocridade do governo FHC

O desempenho do governo de Fernando Henrique é analisado pelo economista Reinaldo Gonçalves, com base em um levantamento da performance dos chefes de Estado que governaram o Brasil nos últimos 150 anos. FHC, com a média de crescimento da economia em seus dois mandatos, está entre os sete piores governantes.

Página 8 Mudar o foco da economia

Em entrevista ao JE, o jornalista e economista José Carlos de Assis fala de seu último livro – O Atentado da Nova Era, em que aponta a iminência de uma grande crise econômica mundial, semelhante à Grande Depressão dos anos 30 do século passado. Em sua opinião, para uma mudança de rumo na economia política do Brasil será preciso deslocar o foco que o modelo atual concentra no sistema financeiro e dar prioridade ao sistema produtivo, com baixa acentuada dos juros e expansão dos gastos públicos.

Página 16 Carioca nasce devendo R\$ 937

O cidadão carioca que está nascendo neste ano de 2002 já chega ao mundo devendo. Com base nos cálculos da dívida *per capita* nacional, a equipe do Fórum Popular de Orçamento do Corecon-RJ concluiu que a dívida de cada carioca dobrou de 1996 até hoje e representa um quinto do débito nacional por cabeça. Neste ano novo, a dívida aumenta 60% e o carioca que nasce a partir de janeiro já chega ao berço devendo R\$ 937.



EDITORIAL

MUDAR TAMBÉM O BRASIL

O final de 2001 foi sacudido pela explosão social na Argentina, que mudou o rumo da história do país e derrubou, na metade do seu mandato, o presidente Fernando De La Rúa e o ministro da Economia, Domingo Cavallo, apeando também do poder o substituto eleito pela Assembléia Legislativa, o conservador peronista Adolfo Rodríguez Sáa.

A revolta social que abalou o poder das elites argentinas levou a que adiássemos a edição de dezembro do *Jornal dos Economistas*, de modo a poder trazer aos leitores uma visão e uma abordagem mais atualizadas do que está se sucedendo no país vizinho. Neste sentido, o artigo do professor Pablo Bustos, da Universidade de Buenos Aires, é uma excelente contribuição para se entender as raízes que desencadearam este processo ainda em curso na Argentina.

Esses acontecimentos devem servir de exemplo para o Brasil, onde motivos não

faltam para que ocorram, também aqui, mudanças de rumo que reitem o país do atoleiro em que se encontra por obra do governo FHC, cuja mediocridade é esmiuçada nesta edição no artigo do economista Reinaldo Gonçalves. Ele demonstra os motivos que levaram este governo a situar-se entre os piores nos últimos 150 anos da história do país.

Em entrevista ao *JE*, o jornalista e também economista José Carlos de Assis oferece a sua visão sobre as conseqüências mundiais dos atentados de 11 de Setembro e as propostas que defende para a mudança de rumo da política econômica brasileira. Ainda nesta edição, o leitor encontrará as informações mais atualizadas sobre o Orçamento do município do Rio e um dado inédito: o carioca que está vindo ao mundo neste 2002 já nasce devendo R\$ 937.

Uma boa leitura a todos e um ano novo repleto de conquistas e vitórias. ■

CORECON MULTA BB E PREVI

Por decisão da Plenária do Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro, em sua última reunião, no dia seis de dezembro passado, o Banco do Brasil e a Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (Previ) foram multados por não terem atendido às solicitações de informações que lhes foram encaminhadas pela Secretaria de Fiscalização e Registro do Corecon-RJ.

Na solicitação, foi pedida a relação dos profissionais economistas que atuam em cada uma das instituições, um procedimento rotineiro e que está nos limites da atividade de fiscalização que compete ao Conselho exercer.

Tanto assim que outras empresas que se encontravam irregulares com o Conselho, no que diz respeito à apresentação de economista responsável técnico pelos seus serviços de natureza econômico-financeira e/ou pagamento das suas anuidades, receberam a visita da equipe de fiscalização e regularizaram suas situações. São elas: AMF Serviços Auxiliares S/C Ltda; RSG Consultoria de Investimentos e Participações Ltda; Bezerra de Miranda Consultores S/C Ltda; Multiplan Planejamento Participações e Administração

S/A; WQ Consultoria Empreendimentos e Participações Ltda; Sirotsky Consultoria e Planejamento Financeiro Ltda; Ganon Consultoria e Participações Ltda; AAD Consultoria e Estudos S/C Ltda; Icatu Gestão de Participações Ltda; Share Holder Participações Ltda; NCS Informação e Conhecimento S/C Ltda; Ventura Consultoria Ltda; Bond Consultoria S/C Ltda; Título Empreendimentos Participações e Negócios Ltda; Audicon Auditoria e Consultoria Ltda; MCBride do Brasil - Serviços Ltda; Prisco Paraíso Participações S/C Ltda; ECF Consultoria e Serviços Ltda; Fund Assessoria Empresarial Ltda; 2BS Consultoria e Empreendimentos Financeiros Ltda; White Martins Administração e Fomento Comercial Ltda; JS Assessoria Financeira Ltda; Sitec Consultores Ltda; Banco UBS Warburg S/A; UBS Warburg Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários; MF & Associados Ltda Consultoria e Representações; Plaão Cortes Consultoria Financeira Ltda; Pro-Mall Empreendimentos e Participações Ltda; Carteira Hipotecária e Imobiliária do Clube Militar; MS Consultoria Ltda; Riskles Ltda; RCF Consultores Associados Ltda. ■

Corecon-RJ - Zelando pelo exercício profissional em defesa da sociedade

economistas

Órgão Oficial do
CORECON - RJ, IERJ E SINDECON - RJ
ISSN 1519-7387

Conselho Editorial: Cláudio Leopoldo Salm, Helena Maria Martins Lastres, Hildete Pereira de Melo, João Paulo de Almeida Magalhães, Maria José Cyhlar, Paulo Sérgio Souto e Reinaldo Gonçalves • Edição: CORECON - Conselho Regional de Economia - Rio de Janeiro - Telefex: 2232-8178 - e-mail: coreconinst@alternex.com.br - homepage: <http://www.economistas.com.br>

• Editor: Nilo Sérgio Gomes • Caricaturista: Cássio Loredano • Projeto gráfico: André Lippmann, José Mira e Marcelo Paiva • Editoração eletrônica: José Bernardes e Robson Santos • Fofoto e Impressão: Tipológica • Tiragem: 13.000 exemplares • Periodicidade: Mensal - As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

CORECON - CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA/RJ

Av. Rio Branco, 109 • 10º andar
Rio de Janeiro • RJ • Centro • CEP 20054-900
Telefax: (21)2232-8178 ramal 22
E-mail: coreconinst@alternex.com.br
Homepage: <http://www.economistas.com.br>

Presidente: Ronaldo Raemy Rangel • Vice-presidente: Sidney Pascouito da Rocha • Conselheiros Efetivos: Eduardo Mendes Callado, Helena Maria Martins Lastres, Hildete Pereira de Melo, João Manoel Gonçalves Barbosa, João Paulo de Almeida Magalhães, Maria José Cyhlar Monteiro, Paulo Sérgio Souto • Conselheiros Suplentes: Enilce Leite Melo, José Antonio Lutterbach, Júlio Diniz, Luiz Mário Behnken, Mauro Osório, Sandra Maria Carvalho.

SINDECON - SINDICATO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RJ

Av. Treze de Maio, 23 • Grupos 1607/1608/1609
Rio de Janeiro • RJ • CEP 20031-000
Tel.: (21)2262-2535 • Telefex: (21)2533-7891 e 2533-2192 • E-mail: sindecon@sindecon.org.br

Coordenador Geral: Sidney Pascouito da Rocha • Coordenador de Assuntos Institucionais: Paulo Passarinho • Diretores de assuntos institucionais: Ademar dos Santos Mineiro, Rogério da Silva Rocha, Enilce Leite Melo, Luiz Antonio Rodrigues Elias, Luiz Mario Behnken, Antônio Melki Jr. e Renato Luiz Mello de Oliveira • Coordenador de Relações Sindicais: João Manoel Gonçalves Barbosa • Diretores de relações sindicais: Sandra Maria Carvalho de Souza, Eduardo Mendes Callado, Carlos Tibiriçá Miranda, Gilberto Caputo Santos, José Fausto Ferreira, Regina Gadioli dos Santos, Paulo Gonzaga Mibeli de Carvalho e Marcelo Sereno • Coordenador de Divulgação e Finanças: Gilberto Alcantara da Cruz • Diretores de divulgação e finanças: Benni Faerman e Eduardo Carnos Scaletsky • Conselho Fiscal: Ademir Figueiredo, José Viegas e Jorge de Oliveira Camargo.

IERJ - INSTITUTO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Av. Rio Branco, 109 • 16º andar • Rio de Janeiro
RJ • Centro • CEP 20054-900 • Tel.: (21)2509-1077
Telefax: 232-8178 ramal 22 • E-mail: ierj@alternex.com.br

Presidente: Cláudio Leopoldo Salm • Vice-presidente: Hildete Pereira de Melo • Diretor de Finanças: Erikson Teixeira Lima • Diretoria Executiva: Glória Maria Moraes, José Eduardo Cassoloto, Luiz Antonio Rodrigues Elias, Mario Cordeiro de Carvalho Júnior, Nelson Victor Le Cocq, Paulo Gonzaga Mibeli, Renata Leite Pinto Nascimento, Ruth Espinola, Sílvia Renato Paes de Figueiredo.

GOVERNO FHC Reinaldo Gonçalves*

DESESTABILIZAÇÃO, CRESCIMENTO **MEDÍOCRE** E DESIGUALDADE

Desempenho da economia durante o governo de FHC está entre os sete piores de 150 anos da história do País

O desempenho medíocre do governo FHC é evidente pelo padrão histórico brasileiro e pelo padrão internacional. Desestabilização macroeconômica significa que há desequilíbrio externo e interno. A economia brasileira tem sofrido de forte desestabilização a partir de 1995.

No *front* externo, houve um aumento extraordinário dos desequilíbrios de fluxo e estoque. Os indicadores de fluxos mostram claramente os sérios desequilíbrios nas esferas comercial, financeira, produtiva e tecnológica. Como indicador, pode-se citar a relação entre o déficit do balanço de pagamentos (saldo de transações correntes) e o PIB, que aumentou de menos de 1,0% em 1993-94 para um déficit superior a 4,0% em 2000-01.

No que se refere ao desequilíbrio de estoque, a evidência também é conclusiva. Tomemos, por exemplo, o passivo externo líquido que aumentou de US\$ 185 bilhões, em 1994, para US\$ 355 bilhões, em 2000. O resultado tem sido o aumento da vulnerabilidade externa da economia brasileira. Isto é, reduziu-se significativamente a capacidade de resistência do Brasil frente a pressões, fatores desestabilizadores e choques externos.

No *front* interno a desestabilização macroeconômica durante o governo FHC

também é evidente. Somente a inflação tem estado em níveis satisfatórios, se comparados com a experiência de alta inflação das últimas duas décadas. Mesmo assim, deve-se ressaltar que uma inflação média anual da ordem de 8%, no contexto de desempenho medíocre da economia, representa uma crescente perda de bem-estar para a grande maioria dos brasileiros.

Quando analisamos as outras dimensões da estabilização (taxa de investimento, taxa de crescimento, taxa de desemprego e contas públicas) verificamos claramente o desempenho medíocre da economia brasileira, mais precisamente, o alto grau de desestabilização macroeconômica. Vejamos alguns números a respeito da crise fiscal brasileira.

No período 1995-2000 as contas do governo federal mostram que a relação média gasto público/PIB foi de 16,2% e a relação média déficit fiscal/PIB foi de 7,0%. Nesse mesmo período, a relação média dívida mobiliária interna/PIB foi de 31,0%. Ademais, considerando os grandes períodos da história econômica e política do Brasil, pode-se constatar que não há registro tão lamentável quanto o de FHC no que diz respeito às finanças públicas. A evidência é apresentada em livro recente (*A armadilha da dívida*, de Valter Pomar e Reinaldo Gonçalves, Ed. Perseu Abramo).

FHC: o "perdedor"

Os indicadores de FHC são muito piores do que os indicadores médios dos outros períodos da história brasileira de 1851 até os dias de hoje. O único momento que se aproxima do desempenho medíocre de FHC quanto às finanças públicas é o período do Segundo Reinado, após a Guerra do Paraguai (1865), e que termina com a proclamação da República. Até mesmo o imperador Pedro II, que gerou déficits extraordinários (Guerra do Paraguai, nos anos 1860, e seca no Nordeste, nos anos 1870) e endividou o Estado brasileiro em proporções crescentes, teve desempenho menos ruim do que FHC.

A evidência é conclusiva: em 150 anos de história das finanças públicas no Brasil, FHC é responsável pela maior carga tributária, o maior gasto (pagamento de juros), o maior déficit e o maior endividamento. FHC quebrou o Estado brasileiro. Essa herança trágica é uma das causas do péssimo desempenho da economia.

Passemos, então, à análise da taxa de crescimento do PIB, que tem sido medíocre durante o governo FHC. Essa mediocridade é evidente quando se verifica a taxa de crescimento médio anual do PIB de 2,4% no período 1995-2001.

A mediocridade do desempenho de FHC ainda é mais evidente quando essa taxa é comparada com a média histórica do país (4,4%).

Do século XIX ao século XXI, da monarquia à República, de regimes civis a militares, o Brasil teve *maratonistas* e *perdedores* na chefia do Estado brasileiro (Tabela 1). Que chefes de Estado tiveram os melhores e os piores desempenhos na história do Brasil? Quem são os sete perdedores (aqueles que tiveram o pior desempenho, em termos de crescimento econômico, na história do Brasil? Quem são os maratonistas (aqueles com o melhor desempenho econômico)?

A lista dos piores

Nesta seção apresentamos os sete perdedores, isto é, aqueles que tiveram, durante o seu mandato,

uma taxa média de crescimento anual do PIB muito inferior à taxa média histórica do país (4,4%). Os números falam por si só. O principal resultado que queremos ressaltar é a mediocridade do desempenho do governo FHC.

Antes de tudo, cabem alguns comentários de natureza metodológica. A fonte de dados até 1947 é o IPEA (Cláudio Contador, *Ciclos Econômicos e Indicadores de Atividade no Brasil*, Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1977, Apêndice) e, a partir de 1947, os dados provêm da revista *Conjuntura Econômica*, diversos números, da Fundação Getúlio Vargas. A taxa média refere-se à média aritmética das variações anuais percentuais do PIB. Os dados para Pedro II referem-se ao período 1862-1889, pela ausência de dados anteriores a 1862. Para 2001 considerou-se a taxa de 1,7%.

Como, de modo geral, as eleições presidenciais são em novembro e a posse em

janeiro, há coincidência entre o período de cálculo do PIB (janeiro-dezembro) e o mandato presidencial. Nos casos de diferenças mais expressivas (seis meses ou mais), fez-se a interpolação aritmética (Afonso Pena, Nilo Peçanha e Epitácio Pessoa). Excluiu-se as presidências com mandato inferior a um ano: Delfim Moreira (de 15/11/1918 a 28/7/1919); José Linhares (de 29/10/1945 a 31/1/1946); Nereu de Oliveira Ramos (de 11/11/1955 a 31/1/1956); e Pascoal Ranieri Mazzilli (de 1/4/1964 a 15/4/1964). Considerou-se a taxa média de Getúlio Vargas nos dois governos.

E, então, quem são os sete perdedores?

Prudente José de Moraes e Barros (1894/1898), com uma taxa média anual de crescimento do PIB de -6,8%, ocupa a posição número 1 entre os sete perdedores. Seu governo foi marcado por crise econômica e política, queda dos preços internacionais do café (1896), conflitos políticos internos (guerra de Canudos, 1897) e crescimento da dívida pública. O segundo perdedor é Fernando Collor de Mello (1990/1992), com uma taxa média anual de crescimento do PIB de -1,4%, cujo governo caracterizou-se por crise econômica, problema cambial e perda de governança (má gestão, incompetência, corrupção e impeachment).

Manuel Deodoro da Fonseca (1889/1891) é o terceiro perdedor, e foi responsável por uma taxa média anual de crescimento do PIB de -1,3%. O seu governo foi marcado por crise institucional, abolição da escravidão (1888), proclamação da República (1889) e conflitos políticos internos. O quarto perdedor é Floriano Vieira Peixoto (1891/1894), com uma taxa média anual de crescimento do PIB de -0,7%. No seu governo o país também experimentou crise institucional, problemas financeiros (Encilhamento, 1892) e conflitos políticos internos (revolta da Armada, 1893; revolução federalista no Rio Grande do Sul).

Venceslau Brás Pereira Gomes (1914/1918) é o quinto perdedor. No seu mandato a taxa média anual de crescimento do PIB foi de 2,1%. O país sofreu crise econômica, crise cafeeira (queima de 3 milhões de sacas), fim do ciclo da borracha e conflitos políticos internos (guerra do Contestado, 1915). O sexto perdedor foi Washington Luís Pereira de Souza (1926/1930), com uma taxa média anual de crescimento do

Tabela 1 – Desempenho dos chefes de Estado no Brasil: do pior para o melhor (taxa média anual de crescimento real do PIB, em %)

Chefe de Estado e período	Taxa média	Ordem
Prudente José de Moraes e Barros, 11/1894 a 11/1898	-6,8	1
Fernando Collor de Mello, 3/1990 a 9/1992	-1,4	2
Manuel Deodoro da Fonseca, 11/1889 a 11/1891	-1,3	3
Floriano Vieira Peixoto, 11/1891 a 11/1894	-0,7	4
Venceslau Brás Pereira Gomes, 11/1914 a 11/1918	2,1	5
Washington Luís Pereira de Souza, 11/1926 a 10/1930	2,1	6
Fernando Henrique Cardoso, 1/1995 a 2001	2,4	7
João Baptista de Oliveira Figueiredo, 3/1979 a 3/1985	2,5	8
Pedro II (1840-1889)	3,0	9
Hermes Rodrigues da Fonseca, 11/1910 a 11/1914	3,4	10
João Belchior Goulart, 9/1961 a 4/1964	3,5	11
Getúlio Dornelles Vargas, 11/1930 a 10/1945; e 1/1951 a 8/1954	4,0	12
Humberto de Alencar Castello Branco, 4/1964 a 3/1967	4,3	13
José Sarney, 3/1985 a 3/1990	4,4	14
Itamar Cautiero Franco, 9/1992 a 1/1995	5,2	15
Ernesto Geisel, 3/1974 a 3/1979	6,7	16
Epitácio da Silva Pessoa, 7/1919 a 11/1922	6,9	17
Artur da Silva Bernardes, 11/1922 a 11/1926	7,5	18
Arthur da Costa e Silva, 3/1967 a 8/1969	7,8	19
Francisco de Paula Rodrigues Alves, 11/1902 a 11/1906	7,9	20
Eurico Gaspar Dutra, 1/1946 a 1/1951	8,0	21
Juscelino Kubitschek de Oliveira, 1/1956 a 1/1961	8,1	22
Afonso Augusto Moreira Pena, 11/1906 a 6/1909	8,6	23
João Café Filho, 8/1954 a 11/1955	8,7	24
Jânio da Silva Quadros, 1/1961 a 8/1961	8,8	25
Manuel Ferraz de Campos Sales, de 11/1898 a 11/1902	10,4	26
Emílio Garrastazu Médici, 10/1969 a 3/1974	11,9	27
Nilo Procópio Peçanha, 6/1909 a 11/1910	14,0	28

Notas: Elaboração do autor.

Média aritmética das taxas anuais

Tabela 2 - Grandes países e economias, indicadores

País	EUA	Japão	Alemanha	França	China	Índia	Rússia	Brasil
População (milhões) 1998	270	126	82	59	1239	980	147	166
Território (mil km ²)	9364	378	357	552	9597	3288	17075	8547
PNB (PPP US\$ bilhões) 1998	7904	2982	1807	1248	3779	2018	907	1070
PNB per capita (PPP US\$ mil) 1998	29,2	23,6	22,0	21,2	3,1	2,1	6,2	6,5
Taxa anual de crescimento de longo prazo do PNB per capita (1965-1999)	1,6	3,5	1,9*	2,1	6,8	2,7	..	2,2
Taxa anual de crescimento do PIB (1995-1999)	3,8	1,2	1,5	2,2	8,8	6,4	-1,6	2,2
Taxa anual de crescimento do PIB per capita (1995-1999)	2,9	0,6	1,3	1,8	7,8	4,7	-1,9	0,7

Fonte: Elaboração do autor com base em Banco Mundial, *World Development Indicators 2000*; e FMI, *World Economic Outlook 2000*, maio.
Nota: (a) 1982-2000.

PIB de 2,1%, cujo mandato foi marcado por crise da dívida externa, revoltas tenentistas e crise mundial (outubro de 1929).

O último dos sete perdedores é Fernando Henrique Cardoso. A taxa estimada de crescimento médio anual do PIB é de 2,4% no período 1995-2001. A taxa média estimada para o período 1995-2002 é a mesma, visto que as previsões mais otimistas são de um crescimento da ordem de 2% em 2002. O fraco desempenho econômico brasileiro tem se expressado nas baixas taxas de investimento, na elevação da taxa de desemprego e na crescente precarização do trabalho, que deve aumentar com a recente flexibilização da legislação trabalhista.

Concentração de riqueza e renda

O desempenho medíocre de FHC tem se caracterizado pela "africanização" do Brasil, isto é, a ocor-

Em 150 anos de história do Brasil, FHC é responsável pela maior carga tributária, o maior gasto e o maior endividamento. FHC quebrou o Estado. Essa herança trágica é uma das causas do desempenho medíocre da economia

rência simultânea dos seguintes processos: desestabilização macroeconômica, desmonte do aparelho produtivo, esgarçamento do tecido social, deterioração política, degradação institucional e perda de governança. Com este desempenho medíocre, não é de se estranhar que o "risco Brasil" esteja entre os maiores do mundo e que o país sofra crises cambiais recorrentes.

Quando comparamos o desempenho da economia brasileira durante o governo FHC com o de outras economias de porte continental, podemos verificar com nitidez o desempenho medíocre do Brasil durante o seu governo (Tabela 2). Os dados mostram que a renda *per capita* dos Estados Unidos cresceu quatro vezes mais do que a brasileira no período 1995-99. A relação correspondente para a China e Índia é de 11 vezes e sete vezes, respectivamente.

Ao longo do governo FHC houve uma maior desigualdade na distribuição funcional da renda. A participação dos salários na renda reduziu-se de 32,0%, em 1994, para 26,5%, em 1999, enquanto a participação das rendas do capital (excedente operacional bruto) aumentou de 38,4% para 41,4% nesse mesmo período. O rendimento médio do trabalhador aumentou até 1998 e, a partir desse ano, começou a diminuir. No período 1995-2000, o crescimento médio anual do rendimento real do trabalhador foi de aproximadamente 3,3%. Por outro lado, a maior participação da renda do capital na renda é, em grande medida, explicada pela remuneração elevada dos rentistas tendo em vista as altas taxas de juro real no contexto de desempenho medíocre no lado real-produtivo da economia brasileira.

O maior destaque fica por conta das elevadas taxas de remuneração dos

rentistas do capital financeiro. Para ilustrar, a taxa média anual de rentabilidade real dos títulos públicos foi de 17,4% no período 1995-2000. Na medida em que os bancos são os principais detentores de títulos públicos, o resultado é a elevada taxa de rentabilidade do setor bancário no Brasil. Tomando-se os nove maiores bancos privados nacionais (de propriedade de brasileiros), verifica-se que a taxa média anual de rentabilidade do patrimônio foi de 15,7% em 1995-2000. Isto é, os grandes bancos tiveram uma taxa de rentabilidade média de quase quatro vezes a taxa das grandes empresas do lado real da economia brasileira. Essa taxa de rentabilidade dos grandes bancos foi mais de seis vezes superior à taxa média anual de crescimento do PIB no período em questão. Durante o governo FHC os resultados são evidentes: maior concentração de riqueza e renda nas mãos dos capitalistas e, principalmente, nas mãos dos rentistas.

Em síntese, FHC é claramente um perdedor. Nos últimos 150 anos, o país teve 28 chefes de Estado que ficaram pelo menos um ano no governo. Quando calculamos as taxas de crescimento médio anual do PIB para cada um desses chefes de Estado, verificamos que FHC é um perdedor pois está entre os que tiveram os piores resultados. O desempenho medíocre de FHC também aparece de forma clara quando fazemos uma comparação internacional. Por fim, FHC é um perdedor porque o desempenho medíocre da economia tem sido acompanhado pela quebra financeira do Estado brasileiro e pela maior concentração da riqueza e da renda.

* Professor da UFRJ

AS VANTAGENS DE SER DO CORECON

Valor da anuidade do Conselho é inferior à soma dos descontos oferecidos através dos convênios. E quem pagar até o dia 5 de fevereiro terá desconto de 20% no valor da anuidade

O Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro (Corecon-RJ) fechou o ano acumulando passos importantes, como as comemorações pelos 50 anos da profissão e a reforma de sua sede, hoje mais bem equipada e em melhores condições para receber os profissionais nele registrados.

Para ampliar os benefícios, o Corecon-RJ inicia o novo ano oferecendo um desconto especial de 20% para quem efetuar o pagamento da anuidade até o próximo dia 5 de fevereiro. Além disso, divulgamos abaixo a relação de convênios firmados pelo Conselho,

onde se destacam as promoções especiais de produtos e serviços para os economistas com registro no Conselho. No final das contas, na ponta do lápis, quem ganha é o profissional. A soma dos descontos oferecidos pelos convênios firmados pelo Corecon-RJ resulta em um valor bem maior do que o referente à anuidade.

Ou seja, o economista paga a sua anuidade ao Conselho e, no final do ano, este desembolso estará plenamente ressarcido pelas vantagens oferecidas.

Faça as contas e veja se não temos razão.



EDUCAÇÃO

ABEC - Academia Brasileira de Educação e Cultura Ltda

2544-6026 e 2544-7910 e 2201-9897

convencios@cpqnet.com.br

30% sobre todos os cursos preparatórios para concursos públicos.

ALIANÇA FRANCESA 3220-4347 - 15% de desconto em todo curso.

ANDIMA 3814-3800 -

andima@andima.com.br - 30% de desconto nos cursos.

BRASAS 3816-9423 - 12% de desconto somente para pagamento após a data de vencimento, ou seja, após o dia 05 (do dia 05 ao dia 30 de cada mês).

Capital Humano Tecnologia e Treinamento LTDA 2622-1133 -

capitalh@net.com.br - 10% de desconto sobre o valor integral em todos os cursos oferecidos para os economistas registrados no Corecon.

CCAA 501-1503 - 501-5208

ngela_secex@ccaa.com.br - 50% de desconto na primeira mensalidade e 15% nas demais, nas 33 filiais do Rio de Janeiro.

Cia. dos Módulos 2224-3366 e 2240-

7186 - xylisnomia@uol.com.br - 20% para os cursos oferecidos.

Colégio Zaccaria 2558-2223 - 20% de desconto nas mensalidades do maternal ao segundo grau.

Creche Escola Ciranda Cirandinha 2274-3846

adriana@homeshopping.com.br - 20% de desconto nas mensalidades do maternal à alfabetização. Exceção despesas com alimentação.

Escola Serelepe 2265-9701 -

andreafranda@uol.com - 25% de desconto para educação infantil (maternal e jardim); 30% para o ensino fundamental (da alfabetização à 4ª série). Só é válido para alunos novos.

Estação das Letras 2285-7224 -

letras@pontocom.com.br - 10% de desconto em qualquer curso - 15% se houver mais de dez pessoas.

Faculdades Integradas Bennett 2557-

1001 - im@bennett.br - 10% de desconto no Curso de Economia; 20% nos cursos de pós graduação lato sensu; 10% no Colégio de zero a seis anos.

Fundação Educacional Itaboraí -

Faculdade de Pedagogia

ipmlira@bigfoot.com - 40% sobre valor integral em todos os cursos.

IBEU - Instituto Brasil Estados

Unidos 3816-9423 -

dameyer@ibeu.org.br - 5% de desconto.

INDEC - Instituto Nacional de

Educação Continuada 2242-3731 e 3731-0769 - dec@iebc.com.br - 10% sobre valor integral em todos os cursos.

Instituto Brasileiro de Cultura

Hispânica 2220-6888 e 2262-6422 -

ibc@doma.com.br - 20% nos horários 7h30 às 9h10; 18h30 às 20h; sábados 9h às 12h15. Mais 20% para o beneficiário (além de 20% concedido para o público em geral) nos seguintes horários: 08h20 às 11h; 12h10 às 13h; 14h30 às 16h30.

Instituto Goethe - ICCBA 2533-4862 -

ginsprache@easyline.com.br - 15% para associados nômades e 10% para dependentes.

Iseven - Soluções Ltda

andrei@iseven.com.br - 15% de desconto para pacote web-pro-design, pacote gráfico, pacote e-commerce e 10% para cursos de web-pro-multimídia e cursos novos, que possam ser programados.

SUESC - Faculdade de Economia e

Finanças do Rio de Janeiro 2509-1965 -

epd@suesc.com.br - 43% de desconto para os cursos de Direito, Administração, Economia, Ciências Contábeis e Atuariais.

Universidade Candido Mendes-

Centro 531-1646 -

candidomendes@caridomendes.br - 40% nos cursos de Ciências Contábeis e Ciências Econômicas e 20% no curso de Administração. E, nos cursos de pós graduação lato sensu e stricto sensu no

mínimo bolsa de 15%, segundo critério a ser avaliado pelos Centros.

Universidade Candido Mendes-

Tijuca, Jacarepaguá, Niterói e

Friburgo 2570-0722 R. 35 -

francelio@ueg.com.br - 30% para todos os cursos de graduação e 15% para pós-graduação nas Unidades Tijuca, Jacarepaguá, Niterói e Nova Friburgo.

Universidade Santa Úrsula 2552-5422

e 375 - ricardo.pietro@bol.com.br - 50%

de desconto em todos os cursos de Graduação e Pós-Graduação.

Universidade Veiga de Almeida

2567-6172 ramal 265 -

enacina@uva.br - 20% para graduação e 40% para pessoas que já possuem graduação. Com exceção para os cursos de Odontologia e Ciências Aeronáuticas.

Wizard Idiomas - Regional Leste

2268-3630 2570-4535 -

wizardaria@easyline.com.br - 20% nas unidades da Regional Leste (Alcantara, Bonsucesso, Centro, Flamengo, Freguesia, Andaraí, Barra Mansa, Botafogo, Duque de Caxias, Fonseca, Gavea, Ipanema II, Madureira, Maracanã, Meier, Ilha do Gov, Leme, Macaé, Tijuca II e outras).

CULTURA E ENTRETENIMENTO

Curtirio Ecoturismo & Aventura

2542-9910 - 293-2907 - 9242-8806 -

curtirio@curtirio.com - 10 a 15% de

desconto nas anuidades e outras promoções
Editora Campus 2232-8178 r 23 –
 coreconr@alternex.com.br – 30% de
 desconto sobre o preço de capa em vendas
 na Biblioteca do Conselho.

Editora Cepal 2232-8178 r 23 –
 coreconr@alternex.com.br – 30% de
 desconto sobre o preço de capa em vendas
 na Biblioteca do Conselho.

Editora Erudita 9995-0320 –
 carolina@erudita.com.br – 10% sobre
 valores de capa dos livros anunciados no
 site da Erudita, 10% dos valores cobrados
 pela Erudita na publicação de livros.
 Publicação de três exemplares (até 120
 páginas) da monografia premiada pelo
 Corecon, no XII Prêmio.

Editora FGV 2232-8178 r 23 –
 coreconr@alternex.com.br – 30% de
 desconto sobre o preço de capa em vendas
 na Biblioteca do Conselho.

Editora Paz e Terra 20% de desconto
 sobre o preço de capa em vendas na
 Biblioteca do Conselho.

Editora Record 35% de desconto sobre
 preço de capa em livros vendidos no
 Conselho.

Editora Vozes (24) 231-0226 –
 alison@vozes.com.br – 15% de desconto
 para livro da Vozes e 10% para de outras
 editoras na Livraria da Vozes do Centro
 (Rua Senador Dantas, 118).

**Histórias e Estórias – Locadora de
 livros** 9808-0097 e 576-1118 –
 ausadir@aol.com – 100% na inscrição e
 10% nas mensalidades.

Starpalco www.starpalco.com.br –
 Desconto de 25% no preço das
 mensalidades para pagamento no Cartão
 de Crédito no plano anual.

SAÚDE

Centro de Reengenharia Corporal
 2255-8940 – 20% sobre consulta e tratamentos.

Cirurgiões Dentistas Reunidos 2613-
 8691 – isiana@web4u.com.br

**Clínica de Equilíbrio Corporal –
 Fisioterapia e Acupuntura Ltda**
 2240-0654 e 2524-5028 e 2524-5031 –
 equilibriocorporal@bol.com.br – 20%
 sobre tabela Referencial Nac. de
 Honorários Fisioterapêuticos para
 consultas e tratamentos.

**Consultório de Psicologia –
 Psicóloga Maria Isabel Nascimento
 Araújo** 2508-8464 – 9887-7350 –
 hickler@bol.com.br – 50% de desconto
 sobre a média do valor da tabela de
 referencia nacional de honorários dos
 psicólogos.

**Consultório de Psicologia –
 Psicóloga Rita Mac Dowel Tourinho**
 2549-1636 e 9124-5354 –
 ritamdq@hotmail.com – 50% de desconto
 sobre a média do valor da tabela de referencia
 nacional de honorários dos psicólogos.

Dentista Priscila Costa de Sá Freire
 2283-5357 – 3392-4383 – 9854-3907 –
 priscilastfreire@yahoo.com.br

**Ser Ato – Serviço de Atendimento
 Terapêutico & Oficina Ltda**
 621-0528 – ser.ato@openlink.com.br –
 50% no atendimento individual. Acesso
 ao Plasmão – Programa de Assistência
 Ambulatorial em Saúde Mental.

TURISMO

Estalagem Mercado do Pouso
 (24) 5371-1114/2457 – 20% na baixa
 temporada e 10% no de alta.

Hotel Fazenda Javary 2240-9135 –
 2541-5861 – 2568-0551 –
 hoteljavary@uol.com.br – 10% de
 desconto sobre valor total das despesas
 com diárias, pensão completa.

**Hotel Fazenda Santo Amaro de
 Macacu** 2621-4764 –
 hotelfazendasantoamaro@com.br – 15% de
 desconto nas diárias de baixa temporada e
 10% nas de alta. Com café da manhã.

Pousada Caminho do Sol (31) 21-2492-
 1735 e 2494-4620 –
 mpoppo@globo.com.br – 15% nas
 períodos de alta temporada, 10% na baixa

temporada e 5% nos feriados.

**Pousada Casarão da Fazenda Penedo
 Ltda-ME** 10% na alta e baixa temporada

Pousada Enseada das Orcas
 24-2622-1737 – seorcas@mar.com.br –
 www.mar.com.br/aeorcas – 15 % na
 baixa temporada e 10% na alta.

**Pousada do Martin Pescador
 Empreend. Turísticos Ltda.**
 22-2623-1449 – pub@hexamer.com.br
 10% na alta e baixa temporada

Pousada Estalagem Costa Verde
 11-3104-7490 e 24-3361-5286 –
 estocostaverde@uol.com.br – 10% de
 desconto sobre total das despesas com diárias,
 nos períodos de alta e baixa temporada

Pousada Moriá (24) 3387-1505
 (24) 3387-1307 – 9971-3450 –
 aryzonis@terra.com.br – 10% de
 desconto nos períodos de alta e baixa
 temporadas e 5% nos pacotes de feriados.

Pousada Ponta do Leste de Angra
 2621-4764 – pontadolestef@com.br –
 15% de desconto nas diárias de baixa
 temporada e 10% nas de alta. Com pensão
 completa.

Pousada Sonho Meu (XX) 24-2542-
 4047 e 2542-4048 –
 ppvt31@hotmail.com – 10% na alta e
 baixa temporada

Hotel Hibiscus 24-3351-1030/1036 –
 hhibiscus@terra.com.br – 10% na alta e
 baixa temporada – exceto sobre pacotes
 de feriados

RESTAURANTE

Churrascaria Oásis 252-5521 – 25% de
 desconto no endereço.

Restaurante Alcaparra 2558-3937 –
 10% de desconto

Restaurante Aspargos 2220-9597
 10% de desconto

Restaurante Olive 2225-3500 – 10% de
 desconto

Restaurante Photochart 2512-2247 –
 10% de desconto

INFORMÁTICA

**Elíptica Internet Solutions,
 Produtos, Serviços e Representações
 Ltda** 3087-5115 –

itomeu@eliptica.com.br – 20% de
 desconto sobre o valor do orçamento para
 desenvolvimento de web site

Torres Design (Madelon e Lincoln)
 3602-8060 / 9868-1523 –
 madelonit@brfrec.com.br – 10% de

desconto em qualquer serviço de designe
 gráfico e webdesigne.

LOCADORA DE CARRO

Sabecc Rent a Car 2557-8915 / 2215-
 7301 – sabecc@sabecc.com.br – 30%
 sobre valor das locações nas diárias de
 tarifa básica e nas diárias de tarifa com
 quilometragem livre. Desconto adicional
 de 5% nas locações entre segunda-feira e
 quinta-feira inclusive.

ACADEMIA

Escola de Natação Tubarão
 5392-0966 – 15% de desconto sobre as
 mensalidades

Rosado Jiu-jitsu 548-9090 –
 marrosado@bol.com.br – Isenção de taxa
 de matrícula para qualquer modalidade e
 20% nas aulas individuais e 10% nas aulas
 em grupo.

MÓVEIS

Promóvel – Móveis e Objetos Ltda.
 2533-8155 – promovel@rio.com.br –
 10% de desconto para pagamento à vista e
 também 10% para pagar em 3 vezes sobre
 valor total da compra

SERVIÇOS

**A. Pinho Peças e Serviços para Auto
 Ltda** 2569-7321 – pinhocari@uol.com.br –
 10% sobre Kit de Manutenção (M.O +
 peças) do Sist. De Injeção Eletrônica do
 Veículo (Nac. e Import.) ou em 3 X s/
 juros. Baterias e Gás p/ Ar Condicionado
 10%.

Convidto – M. Duchamp Vidros
 2294-0203 – manilla@convidto.com.br –
 10% sobre o valor total dos serviços

**Portobelo Cerâmica – Porcelanorte
 Comercial Ltda** 2569-3115 –
 pbelloshop@domm.com.br – Loja
 especializada em revestimentos cerâmicos
 Portobelo, com linhas exclusivas, corteção
 de projetos e indicação de mão de obra para
 colocação – 6,5% de desconto para pagar à
 vista. Não cumulativo com outras.
 Estacionamento grátis.

VESTUÁRIO

**Borelli Gravataria – Trame Com. de
 Roupas Ltda** 2507-2908 –
 marcosoutero@globo.com – 10% a 15%
 sobre total de compra (obs: na compra de
 2 peças + 50% de desconto sobre o valor
 do 1º item).

**CURSO PREPARATÓRIO
 PARA O CONCURSO DE
 ECONOMISTAS DO BNDES**

Início: 21/01/02
 aulas de segunda às quintas-feiras,
 das 18h 30min às 21h 30min

Duração: 3 meses

Associado IERJ ou CORECON: R\$ 200,00

Não Associado: R\$ 250,00

inscreva-se já! Número limitado de vagas

Av. Rio Branco, 109 – 16º andar –

Rio de Janeiro – RJ

Fax 2509 8121 –

Tel 2509 1077 e 2232 8178 r 36 –

e-mail: ierj@alternex.com.br

BOLSAS INTEGRAIS PARA O CURSO
 O CORECON adquiriu 10 vagas para o curso
 promovido pelo IERJ e estará distribuindo
 fichas de inscrição no dia 18/01/2002,
 entre 9h e 13h, na Secretaria de Assuntos
 Institucionais (19º andar).

Dos inscritos, os 10 economistas que
 possuírem os registros mais antigos no
 Conselho e que estiverem com sua anuidade
 em dia receberão bolsa integral.

A IMINÊNCIA DE UMA NOVA GRANDE DEPRESSÃO

Como na crise mundial dos anos 30, o Brasil pode desvencilhar-se se der prioridade à expansão do seu mercado interno, reduzindo os juros e a vulnerabilidade financeira

Deslocar o eixo da acumulação capitalista no Brasil do setor financeiro para o produtivo, reduzindo substancialmente os juros e usando os recursos daí resultantes para a expansão dos gastos públicos, com algum tipo de controle temporário do câmbio até o restabelecimento do equilíbrio nas contas correntes.

Esta é, em resumo, a essência da mudança na política econômica do país que vem sendo proposta pelo jornalista e economista José Carlos de Assis, que defende também uma campanha nacional pelo pleno emprego. Em sua opinião, falta às oposições brasileiras um foco para a mobilização da sociedade brasileira e este foco ele entende ser a questão do emprego, hoje crucial para milhões de brasileiros.

Com passagem pelas redações de grandes jornais, como JB, Folha de S. Paulo e O Globo, o jornalista é autor de livros como 'A Chave do Tesouro', 'Os Mandarins da República', 'A Dupla Face da Corrupção' e 'A Quarta Via'. Sua última obra foi lançada em dezembro - 'O Atentado da Nova Era', onde trata das conseqüências para a economia mundial dos atentados de 11 de Setembro do ano passado.

O *Jornal das Economistas* foi ouvi-lo para conhecer melhor suas propostas e o conteúdo deste seu último livro.

JE - Qual o tema central de seu último livro - *O Atentado da Nova Era*?

José Carlos de Assis - Defendo a tese de que os atentados de 11 de setembro nos EUA assinalaram uma mudança de paradigma nas relações entre os povos e dos próprios povos consigo mesmos. Não se trata de uma mudança quantitativa, determinada pela escala dos atentados, mas de uma mudança qualitativa, expressa na vulnerabilidade da mais poderosa nação da terra, do ponto de

vista militar, a ataques de destruição em massa, com imensas perdas de vidas humanas. Estamos diante de um fato político escatológico, não de um simples ato de terror despropositado. O objetivo era claro: atacar os símbolos do poder econômico e militar norte-americanos. Há uma imensa diferença entre esses atos e os ataques que se sucederam com a remessa pelo correio de antraz. Neste caso, não há nenhuma simbologia, a não ser o terror puro e indiscriminado. No caso das torres e do Pentágono houve um evidente sentido político. Dificilmente os autores seriam os mesmos. É importante a distinção porque onde há motivação política há, em algum nível, solução política. O terror indiscriminado não tem solução. É similar ao louco que invade uma escola ou um supermercado e descarrega o fuzil em qualquer um que passa diante de si. Não existe prevenção quanto a isso. Como não existe prevenção para a mente doentia que ataca anonimamente com antraz.

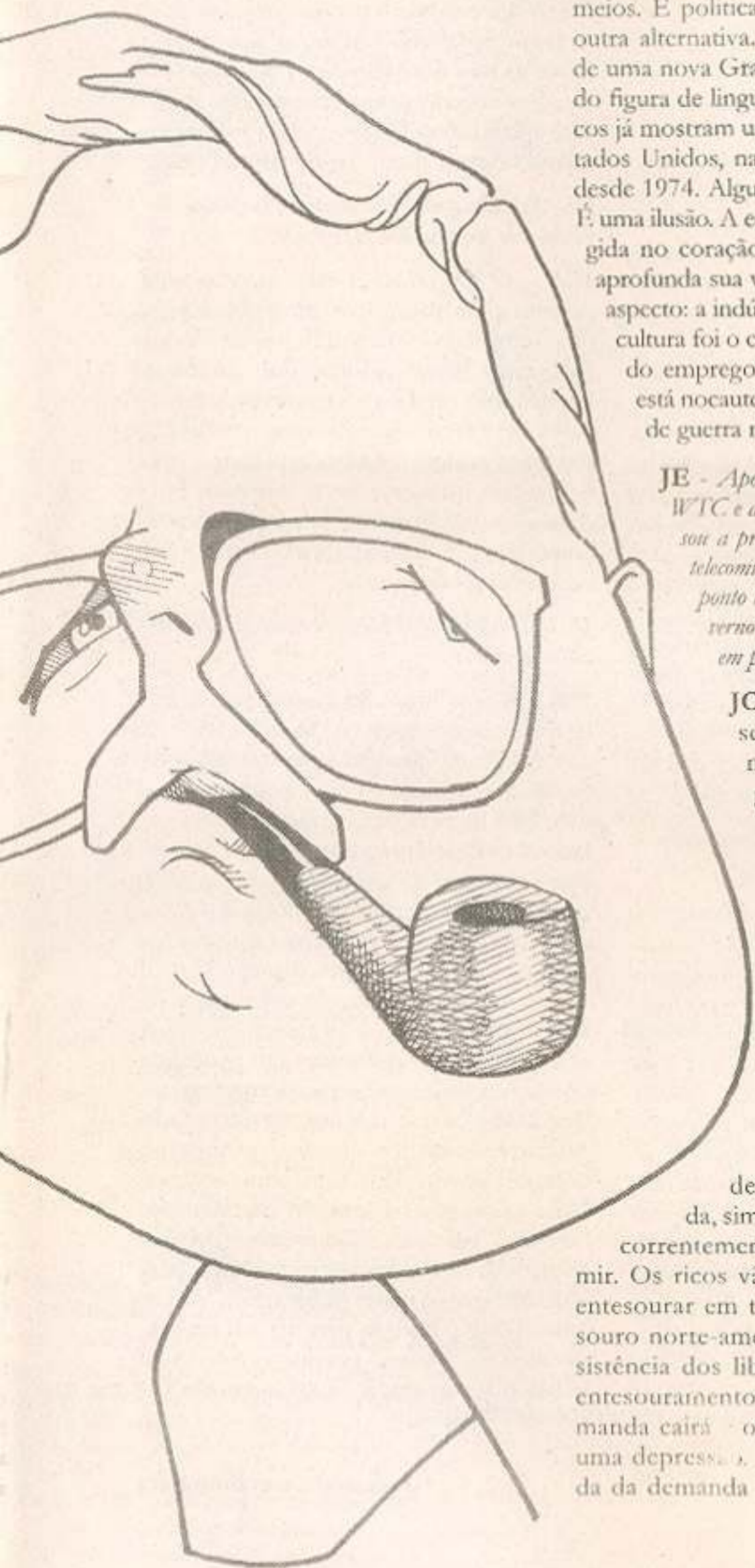
JE - Sim, mas e aí?

JCA - A sorte para a humanidade é que esses loucos não têm estrutura social onde se apoiar. Seus recursos são limitados. No caso do terrorismo político - ou melhor, de atentados políticos -, sempre têm uma base social e política. Se formos falar de prevenção, temos que encontrar as suas causas últimas. E não é muito difícil de encontrá-las: estão na opressão política e social, nas imensas desigualdades de renda e de fortuna no mundo. É a iniquidade que cria o clima de revolta no qual se vão recrutar os suicidas que vêm na morte uma oportunidade de resgate da própria dignidade. Achar que existe solução militar para isso é uma ilusão. A única solução é política: reduzir as diferenças sociais através de uma economia próspera para todos, baseada na cooperação e no pleno emprego. Este é o eixo da mudança de paradigma nas relações internacionais e entre classes no mundo contemporâneo.

JE - Em seus textos você tem observado que mais do que uma recessão, o mundo caminha para um processo de acentuada depressão econômica. Ao mesmo tempo, tem prognosticado que o Brasil pode, neste início de novo milênio, entrar em um processo de grande prosperidade. Como se combinam estes dois indicadores - depressão mundial com prosperidade interna?

JCA - Da mesma forma como se combinaram nos anos 30. Naqueles anos, os EUA e a Europa entraram na Grande Depressão, mas nós escapamos por duas razões: a pequena participação no comércio mundial, fruto do nosso próprio subdesenvolvimento; e a exploração de nosso mercado interno, que acabou por se consolidar na época. Agora, continuamos com participação reduzida no comércio mundial, enquanto temos um mercado interno com um tremendo potencial de expansão. Nossa vulnerabilidade é estritamente financeira. Ela nos tem imposto as taxas de juros mais altas do mundo por mais tempo, provocando uma tremenda concentração de renda e de riqueza, e representando o principal entrave ao desenvolvimento da economia privada. Por outro lado, o setor público está estrangulado pelo mesmo nó financeiro, reduzindo sua capacidade de contribuir para a geração de renda, de emprego e de serviços para a maioria da população. A mudança que se requer para romper com essa vulnerabilidade é o equivalente econômico da revolução de 30: temos que deslocar o eixo da acumulação capitalista no Brasil do sistema financeiro especulativo para o sistema produtivo. Isso implica em três passos essenciais: reduzir





drasticamente as taxas de juros, usar a folga financeira daí resultante para expandir os gastos públicos e ancorar as duas medidas no controle temporário do câmbio, até que tenhamos condições, pelo aumento das exportações, para equilibrar a balança de contas correntes por nossos próprios meios. É politicamente difícil, mas não teremos outra alternativa. Quando me refiro à iminência de uma nova Grande Depressão, não estou usando figura de linguagem. Os indicadores econômicos já mostram uma recessão coordenada nos Estados Unidos, na Europa e no Japão, a primeira desde 1974. Alguns julgam que é algo passageiro. É uma ilusão. A economia norte-americana foi atingida no coração, e a situação de guerra apenas aprofunda sua vulnerabilidade. Citei apenas um aspecto: a indústria de turismo, entretenimento e cultura foi o carro chefe da expansão da renda e do emprego nos anos 90. No momento, ela está nocauteada. E enquanto houver um clima de guerra mundial não se recupera.

JE - *Após os atentados de 11 de Setembro ao WTC e ao Pentágono, o governo dos EUA passou a priorizar os setores de armamentos e de telecomunicações. Quais as consequências, do seu ponto de vista, destas novas prioridades do governo estadunidense para as demais economias, em particular, as chamadas "emergentes"?*

JCA - A característica central desses investimentos em alta tecnologia é que não geram emprego de forma significativa, e concentram renda. Isso é um veneno para a economia em recessão ou depressão. O sentido geral do programa de emergência proposto pelo presidente Bush é aliviar os ricos de impostos, sob o pretexto de que isso estimula investimentos. É um equívoco. O que estimula investimentos é a demanda.

E os ricos não aumentam sua demanda com aumento de renda, simplesmente porque já consomem correntemente tudo o que se pode consumir. Os ricos vão pegar o excesso de renda e entesourar em títulos públicos. É como o Tesouro norte-americano é superavitário, por insistência dos liberais, teremos um excesso de entesouramento em relação à produção, a demanda cairá — o país vai inexoravelmente para uma depressão. Para o resto do mundo, a queda da demanda (e do déficit comercial) norte-

americano é uma tragédia, porque equivale a uma parada da principal locomotiva da economia mundial. A Alemanha já está sentindo isso. E o Japão nem se fala: já estava ruim antes dos atentados, está pior hoje. Também as economias exportadoras da Bacia do Pacífico serão fortemente afetadas. Quanto a nós, insisto, é uma questão de escolha política: ou aproveitamos a oportunidade para romper de vez com o neoliberalismo regressivo, rumo a uma economia de prosperidade e de pleno emprego, ou seremos estrangulados pela combinação da vulnerabilidade financeira com a incapacidade de exportar, por falta de demanda externa e pelo clima de guerra comercial que vai se instaurar no mundo.

JE - *Estudos de organismos multilaterais de financiamento prevêem que os investimentos externos tendem a buscar os mercados do Leste Europeu e a China, em troca de economias como a do Brasil, cuja atração estaria à frente apenas da África e de alguns países da Ásia. Quais as consequências para o Brasil, caso estas previsões se confirmem?*

JCA - Seria ótimo. Teríamos de enfrentar as nossas verdades. É o investimento externo para comprar estatais e empresas privadas brasileiras que está sustentando o nosso balanço de pagamentos. Todos sabemos que isso vai acabar um dia. Não há ativos suficientes. Só este ano o déficit é da ordem de US\$ 25 bilhões, sem falar em amortizações da dívida. Na medida em que os fluxos externos se reduzam, vamos caminhar para uma situação muito similar à da Argentina. Talvez então, já tendo o exemplo da Argentina à frente, tenhamos coragem política para saltar fora do estrangulamento financeiro externo e buscar uma saída interna. É bom esclarecer que não estou propondo puramente uma moratória. Estou propondo alguma forma de controle de câmbio, que circunstancialmente pode equivaler a uma moratória, mas combinado com um forte estímulo à produção capaz de tornar a nossa economia estruturalmente superavitária no comércio exterior. É evidente que, no cenário de depressão que se avizinha, as dificuldades serão maiores. Contudo, poderemos fazer um grande esforço também na substituição de importações.

JE - *O governo de FHC conseguiu reduzir a inflação. Porém, o processo de endividamento externo e interno da economia teve um crescimento vertiginoso e o país necessita cada vez mais do ingresso de capitais externos para fechar suas contas. Qual o seu ponto de vista sobre esta condução da política econômica brasileira?*

JCA - A grande praga do neoliberalismo foi ter associado a idéia de controle da inflação a uma espécie de tolerância estóica com as baixas taxas de crescimento, mesmo com alto desemprego. Contudo, a experiência histórica de vários países

desenvolvidos está aí para dizer que é perfeitamente compatível o crescimento econômico a altas taxas com estabilidade dos preços e da moeda. O contrário significa uma economia política de favorecimento exclusivo aos afortunados. Quando temos taxas de desemprego efetivo nas regiões metropolitanas, da ordem de 17%, como temos, e a economia crescendo a míseros 2% ao ano, com taxa básica de juros fixa em 19%, talvez seja conveniente esquecer um pouco a política econômica e nos concentrar na economia política. O que está acontecendo nessa situação? É uma economia toda voltada para assegurar alta rentabilidade aos investimentos financeiros e a segurança de seu pagamento. Contudo, se a taxa básica de juros está em 19% e a taxa de crescimento da economia está em 2%, há um descompasso entre produção de riqueza e a expansão financeira. Não é só a renda do trabalho que continua perdendo, é também a renda do capital produtivo. Todo o sistema produtivo se ressentido das altas taxas de juros, seja pelo alto custo do financiamento do capital, seja pela queda da demanda. Costumo dizer que capitalismo é uma combinação de iniciativa e crédito. Nós conseguimos construir um capitalismo quase sem crédito. Nosso crédito em relação ao PIB é da ordem de 27%, cerca de quatro vezes menos do que em qualquer país industrializado. Se tivermos um choque quadruplicando o crédito a uma taxa baixa, a demanda e o investimento expandirão, gerando inclusive uma melhora nas contas públicas que facilitaria financiar os investimentos de infra-estrutura, de serviços e assistenciais, caminhando para uma efetiva política de pleno emprego.

JE - *Estamos a menos de um ano das eleições que vão escolher novos parlamentares, governos estaduais e o próximo presidente da República. Na situação atual do Brasil, tanto em termos econômicos quanto sociais, qual ou quais devem ser as políticas de um programa da oposição brasileira?*

JCA - Vou me ater ao programa econômico, que é uma espécie de eixo dos demais. Se a economia for bem sempre fica mais fácil atacar outros setores, pois há disponibilidade fiscal para investimentos prioritários e gastos essenciais. Se a economia vai mal, quase tudo vai mal: o Estado resiste a corrigir a tabela do IR, nega aumentos ao setor público por sete anos, atra-

sa a reforma agrária, desvia dinheiro da seguridade para pagar os juros, nega reajuste a aposentados. Daí que o programa econômico tem prioridade absoluta, e ele acaba definindo a cara do governo. Tenho defendido que a oposição foque sua proposta econômica na política do pleno emprego. Uma situação de pleno emprego não é aquela em que todo mundo seja empregado de carteira assinada. O emprego com carteira assinada é apenas uma das formas para se chegar ao pleno emprego. O importante é que todos em condições de trabalhar encontrem trabalho dignamente remunerado. Isso não acontece mediante ações tóxicas, que podem gerar um emprego aqui ou lá, mas exige o concurso de toda a política econômica. Vimos isso no pós-guerra, entre os países industrializados. As taxas de juros eram baixíssimas e os gastos públicos generosos. O excedente da desmobilização militar foi logo absorvido. E a inflação se manteve sob controle. Com os índices de desemprego que temos, é um crime social manter juros elevados e reduzir gastos públicos. Isso não é combate à inflação, mas a aceitação passiva de que, se crescermos internamente com juros baixos, vamos quebrar lá fora por causa do déficit. Curioso é que, nos termos em que está, não é possível sair dessa armadilha de juros nem nas próximas décadas, a não ser que haja um milagre na exportação.

JE - *Você crê na possibilidade de as oposições entrarem unidas nas eleições de outubro?*

JCA - Desejo, mas não creio. Por uma questão até estatística, essa união teria de dar-se em torno do candidato em melhor posição nas pesquisas. Há, contudo, no meio das oposições, resistências a Lula e, principalmente, ao PT. Não é muito clara a razão dessa resistência, mas ela vem embaldada na idéia de que Lula é um perdedor, está condenado ao segundo lugar no segundo turno. Isso justifica a ilusão de buscar um outro capaz de ganhar. Acho esse raciocínio falacioso. Lula disputou, de verdade, uma única eleição. Foi com Collor, e quase ganhou. Com Fernando Henrique, das duas vezes, ganhou o ministro que derubou a inflação. Aliás, já vimos esse filme antes: com o Plano Cruzado, o PMDB ganhou as eleições em todos os estados, exceto um. Se Sarney tivesse se candidatado teria sido eleito imperador. Em 94 e 98,

portanto, não foi Lula quem perdeu, mas FHC que ganhou. Ganharia de qualquer um. Em 2002, as circunstâncias serão totalmente diferentes. O governo estará tremendamente desgastado, como o governo Sarney no fim, e não conseguirá viabilizar um candidato para sequer emplacar o segundo turno. Aliás, o fenômeno Roseana não deve enganar: é um fogo fátuo. Por enquanto, apareceram suas (poucas) qualidades. Quero ver as pesquisas quando descobrirem o lado Murad dela.

JE - *Se eleito, quais dificuldades e desafios que um governo de oposição terá pela frente?*

JCA - O de mudar o eixo da economia política para promover uma política de pleno emprego. Enfrentará a resistência dos financistas especuladores, que querem a liberalização geral do nosso mercado financeiro. Se tiver clara a direção, contudo, a mudança poderá ser bem explicada à opinião pública, assim como às empresas produtivas possibilitando a formação de uma ampla base de aliança para a construção da economia da nova era.

JE - *Há algum outro ponto que você gostaria ainda de abordar?*

JCA - A crise brasileira é uma crise de desemprego e subemprego elevados. Isso cria um estado de desalento para milhões de famílias, de desespero para os mais velhos e de falta de perspectiva para as novas gerações. O desemprego ou o medo de perder o emprego afeta todas as classes sociais. A própria economia informal se ressentida, pois há um relaxamento geral da demanda: por trás do desemprego formal vem a queda de renda, do consumo e da demanda de serviços. No meu entender, se um candidato apresentar um programa crível para promover o pleno emprego no Brasil ele ganha as eleições. Mesmo se não ganhar, contudo, terá um efeito positivo no comportamento dos seus concorrentes. Note-se que não há nenhum impedimento "técnico" para isso. Não estamos pregando nada de novo. Apenas reclamamos para o Brasil o que os países industrializados, em outro tempo, fizeram para si, sob pressão das massas. Mesmo porque o direito ao trabalho remunerado é uma condição básica da cidadania. ■

* Jornalista e economista

ECONOMIA ARGENTINA

Pablo Bustos¹

ARGENTINA: VOLVER, A EMPEZAR, UNA VEZ MÁS



No calor dos acontecimentos que mudaram o rumo da história na Argentina, solicitamos este artigo ao professor Pablo Bustos, da Universidade de Buenos Aires, o qual publicamos sem a devida tradução em razão da velocidade dos fatos naquele país que pode, a qualquer momento, suscitar novas alterações no processo que nas últimas semanas derrubou o presidente Fernando De La Rúa, o seu substituto Adolfo Rodríguez Sáa e o todo poderoso ministro Domingo Cavallo.

El año 2002 comienza con la Argentina sumergida en una crisis económica, social y política de una profundidad y duración comparable a la que un cuarto de siglo atrás dio curso al terrorismo de Estado bajo el gobierno militar encabezado por el general Videla.

En ambas situaciones, la cuestión central a resolver era y es la búsqueda de nuevas opciones a formas de desarrollo agotadas, como en los setenta, o fracasada como la ensayada en los noventa, y la dirigencia social y política se ha mostrado impotente ante tamaña tarea. Pero, también como en aquel momento, la crisis actual tiene como factores esenciales la degradación social de amplios sectores de la población y el rechazo masivo de las capas medias a las prácticas corruptas que dominan el sistema político.

¿Cómo se llegó a esta situación?

El telón de fondo son los 3 años y medio de recesión de la economía argen-

tina, la que ha ingresado en un peligroso remolino depresivo y deflacionario. Algunos datos nos muestran el panorama: la Argentina, con un producto bruto interno de U\$S 275.000 millones al terminar el 2001, ha dejado de generar algo así como U\$S 50.000 millones de producto. La actividad industrial se ubica en el mismo nivel de hace 6 años.

Se estima que el año 2001 ha cerrado con un desempleo de alrededor del 20%, porcentaje que representa unas 2 millones 800 mil personas, a las que debe sumarse una cifra similar en condiciones de subempleo. El porcentaje de población bajo la línea de pobreza se ubica en un 40%, unas 15 millones de personas sobre una población de poco más de 36 millones. De ellos, alrededor de 2 millones sobreviven en condiciones de indigencia. Los saqueos a supermercados de días atrás son la manifestación de esta catástrofe social.

Es indudable que los graves problemas políticos que signaron el gobierno de Fernando de la Rúa, desde su inicio en

diciembre de 1999, influyeron decisivamente para su fracaso económico, pero también es claro que todas las contradicciones del modelo económico gestado en la década pasada han hecho eclosión en los dos años de gestión delarruista.

Las profundas reformas estructurales del primer gobierno de Carlos Menem (1989-1995), con Domingo Cavallo como ministro de Economía desde 1991, aunque lograron restablecer el crecimiento económico, no generaron una economía competitiva internacionalmente. El dinamismo de las inversión extranjera directa y de la repatriación de capitales domésticos, fugados en la década de los años ochenta, lograron reducir sectorialmente diferencias internacionales de productividad del trabajo y efectivizaron ventajas potenciales de costos de los recursos naturales, pero no así de costos laborales por la paridad cambiaria establecida por la ley de convertibilidad de 1991 (1 peso por 1 dólar).

Más aún, los avances en productividad de empresas y sectores no fueron suficientes para

provocar un cambio cualitativo a nivel agregado. Las exportaciones, que se duplicaron en ese período, se estancaron entre 8 y 10% del producto en el resto de la década y las importaciones, que se quintuplicaron, dejaron lugar a algún superavit comercial sólo en los años de recesión. El sector productivo no genera la cantidad de divisas que requiere su propio funcionamiento en las fases expansivas y su endeudamiento externo a crecido sostenidamente a lo largo de la década.

Sin duda, el contexto internacional de la segunda presidencia de Menem (1995-1999), desde mediados de 1996 sin Cavallo, no fue tan favorable para la Argentina como en la primera mitad: efecto "tequila", crisis asiática, cuasi default ruso, devaluación de Brasil y de otros socios comerciales importantes como la Unión Europea y, como contracara, fortalecimiento del dólar, moneda con la que el peso argentino mantuvo la paridad de 1x1. La debilidad competitiva internacional de la economía argentina se vió gravemente acentuada. En este marco, la política gubernamental marchó a contramano de lo que estaban indicando el curso de los acontecimientos.

Apenas iniciado el segundo mandato de Menem, la acción gubernamental tuvo como prioridad la búsqueda de una tercera elección de Menem en 1999. Como ello suponía una nueva reforma constitucional, se levantaron las restricciones a la expansión del gasto público tanto a nivel nacional como provincial como forma de procurar la adhesión de los gobernadores pronomistas a esta aventura. En particular, la Provincia de Buenos Aires, la mayor del país gobernada por Eduardo Duhalde competidor de Menem por la candidatura presidencial de 1999, hizo el mayor aporte provincial al déficit fiscal consolidado.

La expansión del gasto público confluyó con el aumento creciente del déficit del sistema previsional estatal como resultado del sistema de capitalización privada vigente desde 1994 (la pérdida de ingresos del Estado desde entonces superaron los 22.000 millones de pesos, alrededor de 8% del PBI actual). Todo este proceso se reflejó en un creciente endeudamiento externo para financiar el déficit de las cuentas públicas y de las cuentas externas. En los últimos 4 años, sucesivos gobiernos vieron impotentes

como los indicadores de riesgo alcanzaban niveles que suelen poner nerviosos a los inversores externos y a las agencias calificadoras de riesgo (ver cuadro adjunto).

De La Rúa y su primer ministro de economía José Luis Machinea nunca pudieron salir del círculo vicioso conformado por un elevado déficit fiscal que los obligó a sucesivos ajustes, que retrajeron el consumo, aceleraron la recesión, disminuyeron la recaudación y volvieron a elevar el déficit. En este contexto, De la Rúa optó por desprenderse de Machinea y reemplazarlo por Ricardo López Murphy, cuyo plan económico tenía como pilar un nuevo megajuste.

Así como la renuncia del vicepresidente Carlos "Chacho" Alvarez en octubre de 2000, motivada por la falta de voluntad de De la Rúa para investigar los sobornos a senadores para que aprueben la ley de reforma laboral, *es un hecho trascendente en la erosión de la confianza de la sociedad en el gobierno*, la efímera gestión de Ricardo López Murphy en el Ministerio de Economía de apenas 10 días en marzo de 2001, *fue clave para minar la confianza de los inasibles mercados en el gobierno*. El plan de López Murphy para achicar el gasto público nacional (presupuestado en cerca de 40.000 millones de pesos) en 3000 millones mereció un amplio rechazo de la dirigencia social y política, luego De la Rúa le quitó su apoyo y decidió su reemplazo por Domingo Cavallo.

Domingo Cavallo volvió al ministerio de economía exactamente 10 años después de haber lanzado el Plan de Convertibilidad, pero ahora para enfrentar su propia herencia. Su regreso generó grandes expectativas en la opinión pública, pero los mer-

cados sensibilizados por el episodio López Murphy y la percepción que se encontraban frente a un Cavallo con aspiraciones presidenciales para el 2003, no modificaron su desconfianza en el gobierno.

Las políticas reactivantes ensayadas por Cavallo, como los planes de competitividad sectoriales, que incluían reducciones y devolución de impuestos nacionales y provinciales, no dieron los frutos esperados. Tampoco un ambicioso plan de infraestructura que no llegó a instrumentarse.

Las medidas que sí llegaron a aplicarse aumentaron la desconfianza de los inversores externos, los organismos multilaterales y las agencias calificadoras de riesgo, tales como la introducción del euro en una canasta de monedas con el dólar para determinar el tipo de cambio para las operaciones de comercio exterior, o la modificación de la carta orgánica del Banco Central para flexibilizar la política monetaria. Todo ello determinó el cierre de los mercados de crédito externo para la Argentina. Esta situación obligó al gobierno a girar hacia la ortodoxia más pura, nació así en el mes de julio la regla del déficit fiscal cero.

La cuenta regresiva

La derrota del oficialismo en las elecciones parlamentarias de octubre pasado acrecentaron la debilidad del gobierno de De La Rúa y aceleraron vertiginosamente la crisis financiera. El último recurso de De La Rúa -Cavallo en los primeros días de diciembre, fue imponer un congelamiento parcial de los depósitos bancarios, limitar la convertibilidad de pesos en dólares,

Cuadro 1

Indicadores de Riesgo (%)	1998	1999	2000	2001 (e)
Cuenta Corriente/PBI	4,9	4,3	3,1	1,6
Resultado fiscal operativo/PBI	1,4	2,6	2,3	2,2
Deuda pública/PBI	36,5	41,6	43,1	46,7
Deuda externa total/PBI	47,1	51,1	51,3	51,8
Serv. deuda externa/PBI ³	3,4	3,9	4,3	4,5
Deuda externa total/Exportaciones	532,4	620,9	553,5	519,4
Serv. deuda externa/Export ³	38,6	47,7	46,9	45,3
Cobertura de importaciones ¹	9,5	12,8	12,0	10,1
Reservas/Pasivos Financieros ²	101,6	112,8	102,4	103,8

1) Número de meses de importaciones cubiertos por las reservas líquidas.

2) Calidad de la Convertibilidad, fin del período. 2001: al 22/11/01

3) El servicio de la deuda externa incluye los intereses pagados al exterior por el s. público y el privado.



el control de cambios e instrumentar la bancarización forzosa de toda la población.

Como medida coyuntural se procuró frenar la caída de los depósitos bancarios y la fuga de capitales al exterior que llevaron a una situación crítica a los bancos y a las reservas en divisas del banco central. Como medida a mediano y largo plazo la bancarización forzada se presentó como un ataque frontal a la economía no registrada para combatir la evasión fiscal.

La consecuencia inmediata fue un freno casi total de las transacciones y una parálisis general de la economía informal, donde se concentra el 40% del empleo del país, y que es dependiente del gasto del sector formal de la economía. La protesta social que derrumbó a Fernando De La Rúa a mitad de su mandato, y en una semana al populista conservador Adolfo Rodríguez Sáa, le hace desde el primer día sentir su presión al nuevo presidente elegido por la Asamblea Legislativa, Eduardo Duhalde, otro

populista conservador pero con mayor respaldo de su propio partido y de la actual oposición.

Un comienzo que es una vuelta atrás

Duhalde fue el primer político importante que tres años atrás postuló el agotamiento del "modelo" y ahora le tocó en suerte intentar su reemplazo. En el momento de escribir estas líneas el Poder Ejecutivo está elaborando un proyecto de ley que enviará al Congreso en las próximas horas. Su propuesta consiste en derogar la ley de Convertibilidad que rige desde hace 11 años y devolver al Poder Ejecutivo la facultad de fijar el tipo de cambio, hoy en manos del Congreso. También propone devolver al Banco Central su papel de prestamista de última instancia del sistema financiero.

En realidad, esta tarea la viene cumpliendo en los últimos meses y es por ello que la Caja de Conversión ha perdido su sustancia: de los 15.000 millones de dólares que respaldan con amplitud los 10.000 millones de pesos en circulación, se calcula que un 80 por ciento está comprometido con préstamos a los bancos. En consecuencia, sólo 3.000 millones de dólares son de libre disponibilidad y es esta situación la que empuja al abandono de la mítica Convertibilidad.

Tres factores viabilizan la decisión de dar el tan demorado y temido paso. El primero, es que la caída de las importaciones en los pasados 3 años, en particular su derrumbe en el último, han generado un superávit comercial de 6.000 millones de dólares en el 2001. El segundo, es que el "corralito" bancario, que impide disponer libremente

de sus pesos a los ciudadanos y a las empresas, limita la posibilidad de que esos dólares sean sacados del sistema o fugados al exterior y ayuda a que el nuevo tipo de cambio "oficial" que se establezca no sufra la presión plena de la demanda. La conclusión es que el "corralito", una de las fuentes principales de los "cacerolazos" se prolongará por un tiempo impreciso.

Por último, pero no menos importante, el control sobre el sindicalismo que históricamente ejercieron los gobiernos peronistas posibilita que la vuelta de la inflación, tan traumática para los argentinos, no provoque una resistencia social incontrolable.

Por cierto, existen factores desfavorables y de un peso decisivo: a la economía argentina han dejado de ingresar divisas y la tendencia dominante es la de la fuga de capitales al exterior. Los factores favorables enumerados son temporarios y sirven para ganar tiempo, pero no resuelven el problema esencial de que la economía argentina carece de financiamiento externo y se declaró en *default*. Resolver esta contradicción es lo que induce al nuevo equipo económico a priorizar el apoyo del FMI y el Tesoro de los Estados Unidos al nuevo programa económico, pero ese paso necesario también anticipa los límites del abandono del "modelo agotado" como lo definió el Presidente Duhalde en su discurso ante la Asamblea Legislativa que lo eligió.

3 de enero de 2002 ■

* Director de Proyectos de la Fundación Friedrich Ebert, representación en la Argentina. Profesor de la Universidad de Buenos Aires y de la Universidad Nacional de Quilmes de Argentina.

FUNDAÇÃO NACIONAL DE APOIO GERENCIAL - FUNAGER

Objetivos

- Manter cursos de especialização, extensão e educação continuada
- Promover a participação de eventos ligados ao desenvolvimento dos economistas como simpósios, seminários, conferências e congressos.
- Estimular e promover a realização de pesquisas, estudos, projetos e consultorias técnicas em atendimento a entidades públicas e privadas.
- Premiar anualmente o melhor livro de autoria de seus instituidores.

A FUNAGER pretende realizar dois projetos de grande impacto:

- ANÁLISES DE MERCADOS SETORIAIS: análise econômico-financeira de determinados setores da economia.
- BALANÇO SOCIAL: seminários cujo objetivo é apresentar o balanço social de das empresas.

Inscrições e Informações Adicionais através dos telefones:
2263-7694 e 2263-7739 - Prof. Florentino
2516-1405 e 2516-3962 - Prof. Ril Moura

PUBLICAÇÕES

60 LIÇÕES DOS 90 - DÉCADA DE NEOLIBERALISMO

Autor: José Luis Fiori
 Editora: Record, 236p.
 Preço: R\$ 25,00



O livro traz notas e artigos sobre a década de 1990 escritos por José Luis Fiori, que discorre sobre as transformações nacionais e mundiais que fizeram da década passada um período marcado pela ascensão e colapso do neoliberalismo latino-americano. Um ótimo panorama da década, sem o rigor e a rigidez das reflexões acadêmicas.

“O livro nasceu de um convite que aceitei para escrever semanalmente para o site Carta Maior,” explica Fiori. “Gosto de escrever apenas quando tenho

alguma idéia que me seduz ou me parece importante. Sugeri a idéia de uma série de pequenos artigos e notas sobre a década de 1990.”

SALVE-SE QUEM PUDER: uma história da especulação financeira

Autor: Edward Chancellor
 Tradução: Laura Teixeira Motta
 Editora: Cia. das Letras

Ao narrar a história da especulação financeira desde o século XVII até o presente, Edward Chancellor constata que os impulsos que caracterizam o comportamento dos especuladores são os mesmos em qualquer época. Os resultados também se repetem: o mercado financeiro é impelido por caminhos perigosos - levando todo o resto da economia a reboque.

O autor descreve episódios que soam inacreditáveis. Por exemplo, a mania das tulipas que contagiou a Holanda em 1636: os bulbos dessas flores trocavam de dono alucinadamente e podiam valer mais do que 10 casas na cidade.

Salve-se quem puder começou a ser escrito como uma análise do mercado financeiro na década de 1980, quando Chancellor era estrategista do banco de investimentos Lazard Brothers, um dos gigantes da área. O autor, entretanto, foi muito além desse objetivo inicial. Historiador formado em Cambridge e Oxford e colaborador de publicações de prestígio como *The Economist* e *Financial Times*, realizou uma investigação que cobre os últimos 400 anos de história dos principais centros econômicos do mundo. Empreendeu “uma pesquisa admirável”, nas palavras do “papa” John Kenneth Galbraith.

VIAGEM PELA HISTÓRIA DO BRASIL

Autor: Jorge Caldeira
 Editora: Cia. das Letras
 Acompanha um CD-ROM contendo vasto registro iconográfico e sonoro, num verdadeiro museu histórico.

O livro aborda a sociedade nacional e suas instituições, rastreadas desde os tempos pré-cabralinos até 1985. Mais do que uma nova abordagem, este trabalho de Jorge Caldeira constitui uma nova forma de apresentação da história do Brasil.

Concebido tanto para o estudante como para quem deseja rever seus conhecimentos, este Viagem pela História do Brasil traz uma radiografia do país desde seus primórdios até a campanha das diretas. Seja no CD-ROM ou no livro - que podem ser lidos e consultados de maneira inteiramente autônoma -, o viajante encontrará prazer inédito no estudo da história.

CERTA HERANÇA MARXISTA

Autor: José Arthur Giannotti
 Editora: Cia. das Letras, 336 páginas
 Preço: R\$ 31,50

Não é possível pensar o presente sem levar em conta uma certa herança marxista. Giannotti procura distinguir o núcleo mais vivo do pensamento de Marx, iluminando aqueles tópicos que ainda podem nos servir de ponto de partida para compreender as dificuldades da sociabilidade contemporânea.

POLARIZAÇÃO MUNDIAL E CRESCIMENTO

Autor: José Luis Fiori
 Editora: Vozes, 344p.
 Preço: R\$ 34,00

Este livro traz seu conteúdo focado em três grandes eixos:

- Sistema Mundial e Desenvolvimento - Império e pauperização para retomar o pensamento crítico latino-americano; Rivalidade estatal, instituições e desenvolvimento econômico;
- Crescimento e Restrições - Inserção externa, exportações e crescimento no Brasil; Acumulação e gasto improdutivo na economia do desenvolvimento; Desenvolvimento econômico, distribuição de renda e pobreza; Inflação e estabilização;
- Leituras do Brasil - O parto sem dor do Estado Nacional Brasileiro e, com muita dor, da economia nacional. Diagnóstico da modernização brasileira. A fratura brasileira do mundo.

35% de desconto

Aproveite nossos convênios para adquirir livros das Editoras Campus, Cepal, FGV, Paz e Terra, Record.

FÓRUM POPULAR DO ORÇAMENTO

A DEMOCRATIZAÇÃO DE CESAR

Prefeito do Rio lança "orçamento participativo" sem participação popular

Na mensagem do projeto orçamentário para 2002 o prefeito Cesar Maia explica o seu "Orçamento Participativo": "... O processo de participação popular na elaboração do Orçamento para o exercício de 2002 vem incorporar a este Projeto de Lei várias propostas do Projeto Rio Cidadão e de outras entidades da sociedade civil, recebidas em audiência pública realizada em 23 de agosto de 2001, que certamente serão discutidas e aperfeiçoadas no decorrer da apreciação do presente Projeto de Lei nessa casa."

O Projeto Rio Cidadão é um movimento que juntamente com outras entidades da sociedade civil apresentou propostas para a cidade do Rio de Janeiro, mas o que não significa um processo de orçamento participativo (OP), de democratização do orçamento.

O objetivo de se ter participação popular na elaboração de propostas orçamentárias é o de democratizar o orçamento,

tornando-o mais transparente e mais de acordo com a vontade da população, que é a fonte dos recursos dos governos, sendo por isso mais do que justa a sua participação na elaboração do documento de como esses recursos serão gastos.

Princípios do OP

Num processo de OP coerente, que zele pelo menos o nome que tem e que realmente enseje a participação popular, deve-se respeitar princípios básicos, como a universalidade, a regionalização da cidade, a priorização das necessidades, o engajamento do poder público e a participação direta da população no processo decisório.

Será que a democratização de Cesar respeitou tais princípios? Não é de nosso conhecimento a convocação da população para as discussões sobre o orçamento. Os projetos incorporados o foram por esco-

lha do Poder Executivo. Será que os projetos escolhidos correspondem às demandas mais urgentes da população? A participação da população no processo decisório é justamente para responder esta questão.

Além desses pontos, ainda restam outras questões. Onde estão, na proposta orçamentária para 2002, os recursos que serão destinados para o processo de OP? E como se explica o orçamento de R\$ 195 milhões para o OP de 2002, se a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) determina que seja destinado para este processo 5% das receitas tributárias e das transferências previstas, que resulta um valor superior a R\$ 233 milhões?

Sem o respeito aos princípios acima alinhados, a começar pelo engajamento do Poder Executivo – concretizado através de uma previsão de despesa com o processo de OP, o Rio de Janeiro, que se considera vanguarda nacional, ficará mais uma vez atrasado em relação a várias outras cidades do país. ■

ORÇAMENTO É APROVADO

Prefeito consegue margem de 20% para remanejamento de verbas

O projeto orçamentário para o ano de 2002 da cidade do Rio de Janeiro foi aprovado com folga em votação na Câmara Municipal. O Fórum apresentou algumas emendas relativas a autorizações prévias de remanejamento do orçamento.

No projeto proposto pelo Poder Executivo havia uma solicitação de alteração prévia no orçamento de até 30% do total, além de algumas ações governamentais específicas de caráter social e outras de caráter administrativo que seriam extra-limites. Nossas propostas não fixavam nenhum percentual prévio e autorizavam apenas os remanejamentos considerados extra-limites.

A proposta aprovada autoriza o prefeito a remanejar o orçamento em até 20% do seu total e retirou algumas das exceções solicitadas. Esse patamar de autorização é extremamente alto, muito além do que necessita um orçamento bem feito/planejado. A proposta do Poder Executivo que solicitava um patamar de 30% de remanejamento foi/é aparentemente uma moeda de negociação, pois muito maior do que o valor realmente desejado.

Com este limite, o projeto orçamentário poderá ser modificado muito profundamente, já que quase 90% do orçamento estão comprometidos com gastos com a dívida e com despesas de custeio, restando pouco mais de 10%. ■

A próxima reunião do Fórum Popular de Orçamento será no dia 17 de janeiro de 2002. Até lá!

As matérias desta página são de autoria da Equipe do Fórum de Orçamento Popular do Corecon-RJ, constituída pelos estagiários de economia Paula Mota e Renato Elman, sob a supervisão do economista Luiz Mario Behnken.
 CORECON: Av. Rio Branco, 109 - 19º andar - Rio de Janeiro/RJ - CEP 20054-900 - Tel.: (21) 2232-8178 - Fax.: (21) 2509-8121
 Correio eletrônico: fporj@bol.com.br Portal: <http://www.economistas.com.br> - Lista de discussão: forumrio@rits.com.br
 As reuniões do Fórum são abertas: todas as quintas-feiras, às 18h, na sede do CORECON-RJ

O CARIOCA NASCE DEVENDO R\$ 937*

A dívida *per capita* do carioca é quase um quinto da nacional e dobrou de 96 até hoje. Aumentará 60% neste 2002

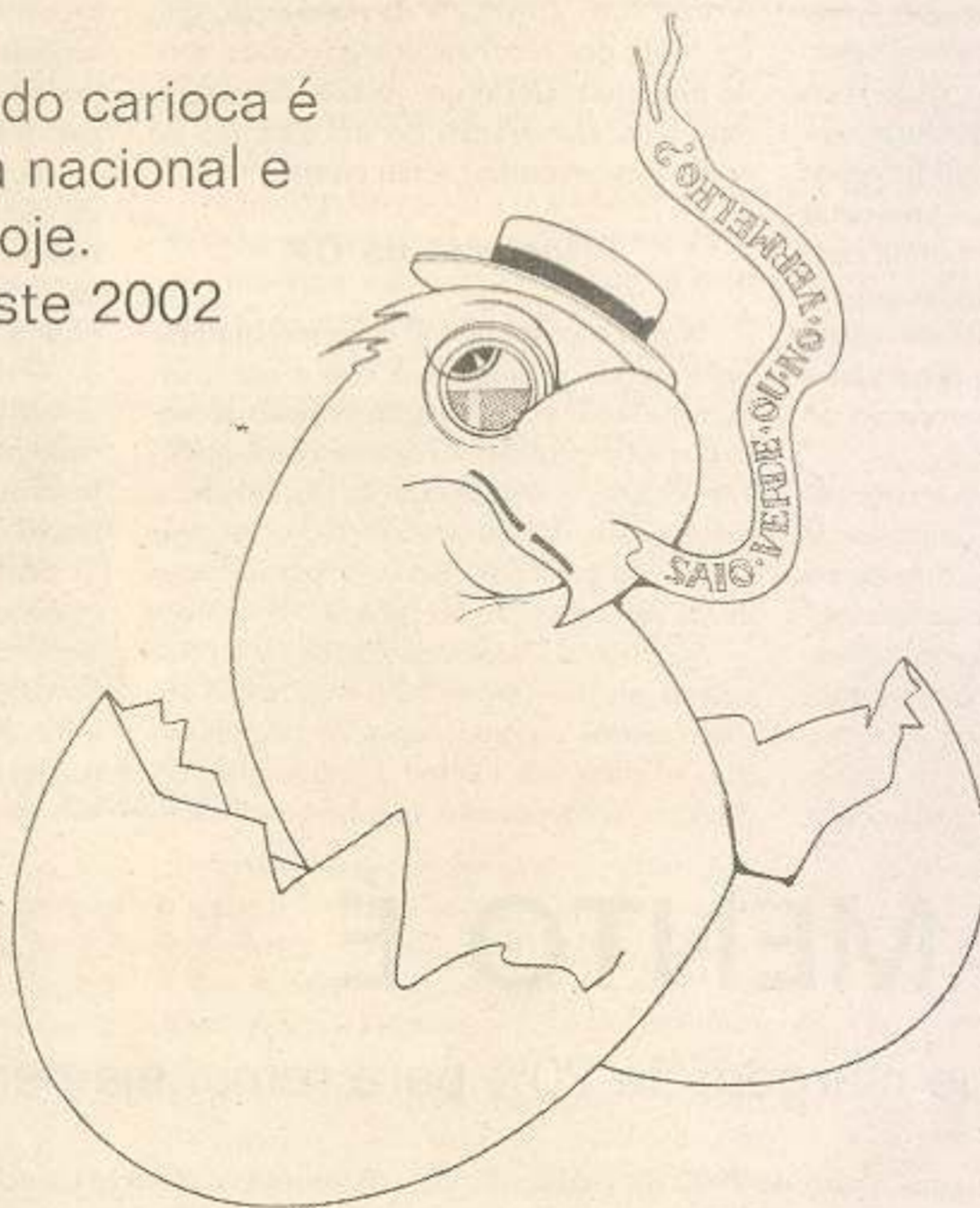
O endividamento do carioca cresceu muito nos últimos cinco anos. A dívida municipal, que era de R\$ 2,424 bilhões, em 1996, ficou em R\$ 5,268 bilhões, em 2001. Ou seja, mais do que dobrou.

Como a população do Rio cresceu em torno de 7%, a dívida *per capita* do carioca também dobrou, passando de R\$ 436, em 1996, para R\$ 884, em 2001. Se estiver nascendo agora, em 2002, aumenta 6%: R\$ 937. Cinco salários mínimos. Um quinto da dívida brasileira** *per capita*, que foi de R\$ 4,2 mil, em 2001, e que deve chegar a R\$ 5,3 mil, em 2002. O brasileiro que está nascendo neste novo ano já deve 30 salários mínimos.

Dívida consome 20%

O orçado para gastos com a dívida em 2001 foi de R\$ 765 milhões, sendo R\$ 256 milhões para juros e encargos e R\$ 509 milhões para amortizações. Já para 2002 foram previstos R\$ 1,251 bilhão, R\$ 278 milhões para juros e encargos e R\$ 973 milhões para amortizações. Este total representa um crescimento de 60% em relação ao exercício findo e compromete quase 20% do orçamento deste 2002.

Embora a proposta orçamentária destine à dívida valores tão altos, as dificuldades do município em saldar suas contas são claras. Até o dia 29 de novembro, a principal parcela da dívida



carioca, que é referente à dívida renegociada, teve apenas 39% empenhados e 37% liquidados. A expectativa, na média, é de que dezembro fechou com 90% dos dispêndios já liquidados.

A principal fonte de recursos prevista para o pagamento da dívida vem de receitas extraordinárias, que são direitos a receber do município junto à União, que não sabemos se serão

realizados. Em 2001, esta receita foi prevista em R\$ 361 milhões, representando quase a metade do destinado à dívida. Para 2002, esta rubrica ficou com R\$ 850 milhões.

Para fazer frente ao aumento dos gastos com amortizações, o município vem, proporcionalmente, aumentando suas despesas de capital e reduzindo suas despesas correntes. Ou seja, reduzindo os serviços para a população.

Não será preciso, então, uma nova renegociação para que a população não seja onerada em nome da 'saúde financeira'? A Lei de Responsabilidade Fiscal impede esta medida, mas quanto tempo a população agüentará esta contenção de gasto em benefício das contas (des) equilibradas? ■

* Equipe do Fórum Popular de Orçamento do Corecon-RJ

** Dados calculados de acordo com o trabalho realizado pelo economista Reinaldo Gonçalves e o historiador Valter Pomar.